

NOTÍCIAS AFRICANAS 70

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL • 1 A 7 DE AGOSTO DE 1994

MOÇAMBIQUE

Crescem as pressões para adoção da solução sul-africana.

Já se esperava que a transição político-institucional sul-africana produzisse grandes reflexos regionais. Em particular, ao gerar na África do Sul a expectativa da viabilidade e da operacionalidade do governo de unidade nacional e de sua possível organização federativa. A proposta de integração dos diversos e mais representativos partidos políticos pode ser o caminho (espinhoso, mas necessário) para aglutinar os mais distantes interesses, desde que essa proposta esteja comprometida com um programa socioeconómico que beneficie a maioria e que possa ainda equilibrar as reivindicações dos grupos minoritários. Aquela maioria, por sua vez, ainda terá que ter muita confiança e paciência diante do longo e difícil processo para a superação dos alarmantes níveis de exploração e desigualdade.

Em Moçambique — onde se vive a expectativa do retorno e da reintegração dos refugiados; do desarmamento, desmobilização e acantonamento das tropas do governo e da Renamo; do controle sobre as futuras Forças Armadas; e das eleições marcadas para outubro próximo —, crescem as pressões favoráveis à aplicação do caminho político sul-africano. Até o momento, porém,

não surtiram efeito as propostas para a formação de um governo de unidade nacional (defendidas estrategicamente pela Renamo). Mas podemos prever que qualquer governo pós-eleitoral será levado a buscar certo equilíbrio representativo, seja de caráter político, regional ou étnico. Em suma, a democracia, a descentralização e a autonomia terão que ser encaradas numa perspectiva plurinacional e de respeito às características e tradições locais.

Quanto ao papel do país no espaço austral, antes mesmo da reestruturação de suas sociedades rurais, parece-nos que a histórica integração e interdependência regionais será de certo reforçada e que talvez haja pouca alteração nas posições estratégicas de cada país.

Mesmo assim, há que se registrar os temores de certos setores de que as ajudas e os investimentos estrangeiros sejam canalizados, a partir de agora, para a África do Sul. Não obstante, o governo já estaria reconstruindo (orientando-os principalmente para África do Sul e demais países da região) seus corredores de transporte (portos e estradas de ferro) e seus balneários turísticos e oferecendo algumas atraentes oportunidades de investimentos.

Tamanho temor talvez contenha certo exagero, pois a interdependência historicamente implantada na região condena cada país a programar sua recuperação económica suplantando os obstáculos à paz e projetando em conjunto os futuros planos de investimentos nacional e austral. Nesse aspecto, é sintomática as preocupações de Mandela (e dos interesses sul-africanos) com a recuperação de Cahora Bassa e com os portos moçambicanos.

No entanto, as relações e as instituições regionais (a Linha de Frente, a SADC) deveriam ser repensadas. É nessa linha de raciocínio que o prof. Colin Darch (*Informação AFRICA*, nº 63) adverte que dois objetivos deveriam, a longo prazo, constar na agenda de discussões regionais: a criação de mecanismo de proteção para as enfraquecidas economias dos países vizinhos, onde o capital sul-africano tende a tornar-se ainda mais hegemônico, e o acesso privilegiado do mercado sul-africano às matérias-primas e produtos manufaturados.

Edson Borges
(Pesquisador do CEEA)

ANGOLA

Mandela e Mobutu não trarão paz logo

O compasso de espera dado pelo Conselho de Segurança da ONU às resoluções sobre a guerra em Angola e às prováveis punições em relação à Unita visava não atrapalhar possíveis avanços proporcionados pelo encontro promovido por Nelson Mandela na África do Sul entre os presidentes José Eduardo e Mobutu. Esse encontro, que contou ainda com a participação do presidente moçambicano, Joaquim Chissano, parece ter produzido o desejado pelos observadores internacionais. Não obstante, essa estratégia de envolver Mandela no processo e, paralelamente, abrir novo canal de comunicação com Savimbi, via Mobutu, está em andamento.

Os resultados objetivos para o progresso das negociações entre os governos de Angola e do Zaire foram sensíveis, já que ficou acertada a criação de uma comissão de segurança e defesa formada por representantes dos dois países, passo inicial para a oficialização de um corpo policial multinacional capaz de patrulhar a extensa fronteira entre Angola e o Zaire.

Com essa decisão, o governo angolano acredita ser possível minimizar a entrada de armas para a Unita via território zaireense, fato que tem sido intensamente criticado por Luanda, que chegou ao ponto de ameaçar o regime de Mobutu com o apoio aos rebeldes zaireenses. Caso o governo consiga encaminhar suas aspirações com relação ao fechamento dessa fronteira para o uso da Unita, o que não acontecerá a curto prazo, é certo que ocorrerão alterações no campo militar e consequentemente nas negociações em curso.

O encontro marcou também a entrada

definitiva de Mandela no processo negocial angolano. E mais: explicitou a sua preocupação em dar à África do Sul uma postura de potência regional não apenas económica, mas também política. É extremamente forte o impacto de sua tese de que os africanos devem resolver eles próprios os seus problemas.

A participação de Mobutu tem sido analisada por grande parte da imprensa internacional como uma forma de ele novamente ficar em evidência no cenário africano, agora com uma perspectiva de flexibilidade capaz de produzir negociações com o governo angolano. Essa "mudança" ocorre exatamente num momento em que Mobutu tem sido duramente criticado pelo autoritarismo de seu regime. De qualquer forma, criou-se com a participação do Zaire um problema para a intocabilidade anteriormente vivida pela Unita, ao mesmo tempo que se criou uma nova linha de contato com Savimbi, através da qual o líder da Unita poderá apresentar alternativas ao que vem sendo discutido em Lusaca.

No entanto, o encontro não produziu fatos capazes de alterar de imediato ou a curto prazo o marasmo das negociações. Essas continuam pautadas na lógica militar, ou seja, as campanhas militares balizam as posições a serem tomadas na mesa de negociações. Os dois lados têm adotado essa mesma perspectiva, embora ambos venham falhando na manutenção militar das áreas conquistadas, o que tende a perpetuar o impasse.

Marcelo Bittencourt
(Pesquisador do CEEA)

NESTA EDIÇÃO

- Comissão ilibada ex-embaixador em Lisboa 2
- A segunda cruzada de Mandela 3
- Exército e justiça nas mãos de Nino 4
- Nino remodela governo 5
- O (des)governo da Guiné 7
- Pretória pede à Unita que poupe mercenários 8
- Oposição unida na Guiné 8
- Kumba Ialá modera discurso 9
- Moçambique: o risco de tropas à solta 10
- Dhlakama: "A guerra acabou de vez" 11
- A fúria dos bravos 12
- Tensões na economia da nova África do Sul 13
- Soldados amotinam-se em Maputo 13
- O sucesso africano de Loureiro 14

Comissão iliba ex-embaixador em Lisboa

José Vicente Lopes, na Cidade da Praia

Eugénio Inocêncio, o diplomata cabo-verdiano famoso pelas suas despesas em "whisky", roupa, cosméticos e no BMW que comprou com o dinheiro do Estado mas registou em seu nome, é uma "pessoa que procura os resultados, que quer ir para a frente muitas vezes sem se deixar conter pelos limites da lei", concluiu a Comissão Parlamentar de Inquérito. Inocêncio cometeu "actos ilegais consciente da sua ilegalidade", mas foi praticamente ilibado pela comissão. Irritado, o secretário-geral do PAICV, Aristides Lima, diz que os deputados quiseram "branquear" a imagem do diplomata.

A Comissão Parlamentar de Inquérito à gestão do ex-embaixador cabo-verdiano em Lisboa, Eugénio Inocêncio, praticamente ilibou este antigo diplomata das acusações de irregularidades administrativas vindas a público através da imprensa. Com votos contra e protestos da oposição, a bancada do partido governamental, MpD, aprovou ontem a resolução que põe termo às investigações da comissão.

O mesmo destino teve o inquérito parlamentar que investigava a "bronca do cimento", caso em que se encontra envolvido um tio do primeiro-ministro cabo-verdiano. Houve ainda um terceiro inquérito em que o deputado José Carlos Delgado, do PAICV, foi igualmente ilibado de ter passado informações confidenciais da Assembleia Nacional ao jornal "A Semana". Os três casos foram analisados desde terça-feira, à porta fechada.

Tanto no primeiro como no segundo caso, os relatórios iniciais foram postos de parte uma vez que chegavam a conclusões diametralmente opostas, confirmando na prática as acusações contra Eugénio Inocêncio e de protecção à empresa do deputado Albertino Veiga.

A versão zero do relatório relativo ao caso da Embaixada concluía, entre outras coisas, que Eugénio Inocêncio não respeitava as leis do seu país, tomava decisões conforme as suas conveniências pessoais e políticas, tendo inclusive praticado muitos dos "actos ilegais consciente da sua ilegalidade".

Nota curiosa deste processo é o facto de, entre todos os envolvidos, apenas o principal denunciador dos "atropelos" de Inocêncio, o diplomata Geraldo Almeida, ser o único que é instado a devolver ao tesouro cerca de 500 mil escudos.

De acordo com o relatório aprovado, a que o PÚBLICO teve acesso, um dos "erros" cometidos pelo antigo embaixador foi precisamente ter autorizado o referido funcionário a frequentar um curso de mestrado, continuando este "a receber o subsídio de renda de casa e de custo de vida", "sem qualquer despacho por entidade competente".

Outras "irregularidades" do género foram igualmente apontadas sem contudo imputar qualquer responsabilidade ao infractor. Uma delas é a de colocar funcionários em casa, substituindo-os por assalariados da sua confiança; outra foi ter utilizado verbas destinadas a pagar subsídios aos doentes evacuados que o Estado cabo-verdiano mantém em Lisboa ou ainda de movimentar receitas consulares para fins não previstos pela lei.

Os autores do relatório final retratam Eugénio Inocêncio como um homem que "tinha ideias concretas do que pretendia para a Missão de Lisboa e procurou implementar essas ideias". Enfim, "uma pessoa que procura os resultados, que quer ir para a frente muitas vezes sem se deixar conter pelos limites da lei".

Neste esforço, que o secretário-geral do PAICV, Aristides Lima, classificou ontem de tentativa de "branquear" a imagem de Inocêncio, os inquiridores afirmam que "quase todas as medidas legais ou ilegais praticadas pelo Embaixador Inocêncio foram precedidas de propostas dirigidas aos serviços centrais".

De acordo com a resolução final, não se conseguiu provar a veracidade das denúncias feitas por Geraldo Almeida a Inocêncio. De igual modo, são deitadas por terra as anomalias detectadas pela inspecção do Ministério dos Negócios Estrangeiros, feita pelo então inspetor Da-

niel Benoni, à missão de Cabo Verde em Lisboa.

Recorde-se que foi com base no relatório desse inspetor que a opinião pública ficou a saber dos gastos do ex-embaixador em matéria de "whiskies", roupas, cosméticos e do automóvel BMW comprado com o dinheiro do Estado mas registado em nome pessoal do diplomata. Segundo os inquiridores, esta é uma prática que vem dos antecessores de Inocêncio como forma de contornar o limite de matrículas CD imposta por Lisboa às missões diplomáticas.

Por fim, a resolução recomenda que o executivo tome medidas urgentes de modo a regulamentar "a gestão administrativa e financeira das embaixadas e postos consulares". Recomenda igualmente que o Governo promova, "com muito maior regularidade e rigor, inspecções administrativas, financeiras e diplomáticas às Embaixadas e postos consulares".

Aristides Lima, que é igualmente o líder da bancada parlamentar do PAICV, não escondeu a sua frustração ao ver Eugénio Inocêncio ilibado por uma CPI, que, segundo ele, praticamente confirmou as denúncias vindas a público contra esse antigo diplomata. Segundo Lima, por causa da maioria de que goza o MpD, o sistema político cabo-verdiano encontra-se "permanentemente em estado de sítio parlamentar", o que permite ao partido no Governo constantes violações da lei. O seu partido defende o envio do caso à Procuradoria Geral da República.

Uma história exemplar

O rebrantar, no ano passado, desta polémica acabou por

deixar a nu a existência de duas alas dentro do MpD. Uma chefiada por Carlos Veiga, que tudo fez para defender Inocêncio; e outra liderada pelos ex-ministros da Justiça, Eurico Monteiro, e dos Negócios Estrangeiros, Jorge Fonseca, que queriam o diplomata castigado.

Foi no entanto o segundo grupo que acabou por sair do MpD, constituindo hoje um bloco de 15 deputados que, ao lado dos 23 eleitos pelo PAICV, formam a oposição parlamentar. Com o seu afastamento, Veiga considera hoje o seu partido mais forte e coeso, mostrando-se nada preocupado com as acusações de que o seu grupo tem vindo a dar guarida a situações pouco claras, em termos de rigor político e administrativo.

Por sua vez, afastado da diplomacia, Eugénio Inocêncio é actualmente presidente de uma Câmara de Comércio, Indústria e Turismo de Cabo Verde, com sede em Lisboa, tendo substituído à frente dessa organização um dos filhos de Manuel Chantre, ministro dos Negócios Estrangeiros.

Deste processo restam ainda o inspetor Daniel Benoni, que se viu demitido logo após a publicação na imprensa do seu relatório, em virtude, segundo ele, de se ter negado a participar na defesa de Inocêncio; e Geraldo Almeida, que aguarda há um ano, em casa e sem receber, que o seu ministério acate a decisão do Supremo Tribunal de Justiça, que anulou a sua transferência para Praia, reintegrando-o na missão cabo-verdiana em Lisboa.

Polícias angolanos detidos

CINCO oficiais da polícia angolana foram detidos, numa operação que "revela o esforço das autoridades para por um cobro à marginalidade e criminalidade no país", disse ontem à agência Lusa um responsável policial. Em conferência de imprensa dada na quinta-feira em Luanda, um dos oficiais foi identificado como sendo o superintendente conhecido por "Barba d'Ágo", detido por abuso de autoridade. O referido graduado terá

agredido arbitrariamente, em plena rua, dois cidadãos angolanos, depois de os obrigar a sair do automóvel em que seguiam. "Queremos tornar a polícia exemplar e por isso vamos prosseguir com a depuração dos elementos nocivos", garantiu o responsável policial. No decorrer da conferência, orientada pelo comandante provincial de Luanda da polícia, foram referidos 17 elementos. A mesma fonte afirmou que as autoridades policiais de Luanda apreenderam desde há um mês 300 armas de guerra, na sua maioria "kalashnikovs", e deteve mais de 1600 pessoas que se dedicavam à criminalidade".

PÚBLICO, 23.7.94

PÚBLICO, 21.7.94

Visita oficial do Presidente sul-africano a Moçambique

A segunda cruzada de Mandela

PÚBLICO, 23.7.94

José Pinto de Sá
em Maputo

O líder do ANC, que é agora o chefe do mais poderoso Estado ao sul do Sara, iniciou nesta semana em Moçambique um autêntico combate pela unificação da África Austral, que poderá constituir um exemplo e um autêntico motor para o desenvolvimento do resto do continente.

Na sua primeira visita oficial como chefe de Estado, o sul-africano Nelson Mandela esteve em Maputo a lançar as fundações de uma nova "entente" regional e a colocar o peso do seu prestígio ao serviço da reconciliação moçambicana.

No mesmo tom das suas intervenções nas cimeiras de Harare (Conferência para o Desenvolvimento da África Austral, SADC) e de Tunes (Organização da Unidade Africana, OUA), Mandela manteve um discurso afrocentrico e regional, de olhos postos na construção de uma África Austral unida, a nova cruzada política da sua vida, que já vai em 76 anos.

Mandela, que concluiu ontem à tarde a sua estada de três dias em Maputo, explicou que escolheu Moçambique, como primeiro país a visitar como Presidente, em agradecimento pelo apoio solidário ao Congresso Nacional Africano (ANC) na luta contra o regime racista que durante muito tempo vigorou na África do Sul.

"Pondo em perigo as vossas

vidas e a vossa nação, vocês deram-nos abrigo e ajuda durante os anos da luta contra o apartheid", disse Nelson Mandela. "Temos uma dívida para com Moçambique e o seu povo que nunca esqueceremos".

Na quinta-feira, ao cabo de apenas uma hora de conversações, Mandela e o Presidente Joaquim Chissano rubricaram um acordo geral de cooperação para áreas como a Defesa e Segurança, Transportes, Agricultura, Turismo e Recursos Humanos.

Cooperação na segurança

O acordo estabelece uma comissão mista permanente de cooperação, dividida em subcomissões para cada uma das áreas contempladas, subcomissões essas que reunirão regularmente em Maputo e em Pretória.

A cooperação em matéria de segurança foi um dos pontos principais na agenda da visita. Os dois países vão desde já trabalhar em conjunto no combate à criminalidade ao longo dos 600 quilómetros de fronteira comum, com vista a neutralizar o contrabando de armas, drogas pesadas e gado, bem como a fraude aduaneira.

Numa altura em que se fala de institucionalizar "mecanismos de preservação da paz" de carácter regional, círculos diplomáticos em Maputo consideram que a África do Sul poderá vir a assumir — depois das eleições — a continuação do treino do futuro exército moçambicano, chamado Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM).

Cabora-Bassa

No plano económico, Mandela manifestou a disponibilidade do seu país para investir na reabilitação e gestão de

empreendimentos como a barragem de Cabora-Bassa e o porto de Maputo, cujas instalações visitou demoradamente quinta-feira.

Relativamente a Cabora-Bassa, as autoridades de Pretória têm deixado entender a sua estranheza face à "posição pouco clara" de Portugal sobre o futuro do empreendimento. O diário independente "media-FAX", publicado em Maputo, revelou anteontem que no Governo sul-africano "já se fala em comprar a participação portuguesa na Hidroeléctrica de Cabora-Bassa".

Para se inteirar do andamento do processo eleitoral moçambicano, Nelson Mandela encontrou-se com Aldo Ajello, responsável máximo da Operação das Nações Unidas em Moçambique (Onumoz), e com Brazão Mazula, presidente da Comissão Nacional de Eleições. Comentando o assunto em conferência de imprensa, Mandela declarou-se optimista quanto ao futuro do processo, embora reconhecesse a existência de problemas, sobretudo a nível de recursos e logística.

Questionado acerca de um eventual Governo de Unidade Nacional (GUN) depois das eleições de Outubro deste ano, o Presidente Mandela afirmou não lhe competir "aconselhar um país como resolver os seus problemas" e garantiu que só estará disposto a mediar a formação de um tal gabinete se isso lhe for "expressamente pedido".

A ideia de formar um Governo de Unidade Nacional em Moçambique, à semelhança do sucedido na África do Sul, em Maio último, tem encontrado forte antagonismo por parte da Frelimo, embora conte com o apoio da maioria da oposição e de vários países financiadores do processo de paz, como os Estados Unidos.

Ontem, o último dia da sua visita, Mandela encontrou-se com o líder da Renamo, Afonso Dhlakama. A audiência, vista com desagrado por dirigentes da Frelimo, esteve incerta até à noite anterior e acabou por ocorrer à margem do programa oficial, poucas horas antes da partida de Mandela.

O encontro segue-se a vários outros já mantidos em Joanesburgo pelo primeiro vice-presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, com responsáveis da Renamo, incluindo Dhlakama, segundo revelaram fontes do ANC.

Ao longo de toda a sua visita, Nelson Mandela sublinhou que o novo Governo da África do Sul, do qual fazem parte tanto o ANC como o Partido Nacional, de Frederik de Klerk, e o Inkatha, de Mangosuthu Buthelezi, não tem designios hegemónicos e que, pelo contrário, se sente vocacionado para cooperar com todos os estados da região.

O objectivo de tal cooperação, disse, deverá ser o bem-estar comum, para que nesta zona da África se possa viver muito melhor do que aquilo que a respectiva maioria tem vivido até aqui.

[Durante a visita do Presidente sul-africano, o secretário-geral do Movimento Nacionalista Moçambicano (Monamo), Máximo Dias, na oposição, criticou asperamente o "desgoverno" a que diz assistir-se no país e pediu uma Alta Autoridade contra a Corrupção.

[Máximo Dias admitiu ainda a possibilidade de uma "situação dramática" devido aos múltiplos motins de antigos militares e guerrilheiros a que se tem assistido; e lamentou a decisão de se impedir o voto dos moçambicanos residentes no estrangeiro.] ■

Indonésia namora 'Nino'

EXPRESSO, 23.7.94

A INDONÉSIA lançou uma ofensiva junto do Presidente guineense, João Bernardo Vieira, com o objectivo de, a prazo, estabelecer relações diplomáticas e, deste modo, tentar furar o isolamento em que se encontra junto dos cinco paí-

ses africanos de língua portuguesa que até agora têm praticado uma política de solidariedade com a resistência de Timor-Leste.

A pressão de Jacarta sobre «Nino» Vieira tem-se traduzido pela oferta de ajuda alimentar. Fontes diplomáticas ocidentais na capital guineense garantiram ao EXPRESSO que Jacarta enviou para Bissau um navio com várias toneladas de arroz que foi descarregado ao largo da costa guineense pouco tempo antes do início da campanha eleitoral

para as eleições legislativas e presidenciais. Entretanto, Portugal e França, que não apostam nas mesmas facções do PAIGC, vivem uma «guerrilha» diplomática traduzida por atritos que chegaram a reflectir-se no funcionamento da equipa de observadores internacionais que segue as eleições. Foi por esse motivo que a França esteve praticamente ausente da organização das eleições de três de Julho. Paris pretende, contudo, estar mais visível na segunda volta das presidenciais.

Oposição da Guiné-Bissau acusa Presidente de actos inconstitucionais

Exército e justiça nas mãos de Nino

Eduardo Dâmaso

Com a campanha eleitoral da segunda volta das presidenciais guineenses à porta, Nino Vieira mudou a chefia das Forças Armadas e o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, instituições que actuaram com reconhecida isenção e independência no processo eleitoral. Para a oposição, as mudanças são "um golpe palaciano" e um acto "inconstitucional".

O que está a acontecer na Guiné-Bissau é "um golpe de estado palaciano". Esta é a interpretação dramática que uma parte da oposição guineense faz das mudanças decretadas quinta-feira por Nino Vieira nas Forças Armadas e na Justiça, a três semanas da segunda volta das eleições presidenciais, que terá de disputar contra Kumba Ialá, o candidato que reúne o apoio de todos os partidos oposicionistas ao regime do PAIGC.

Segundo Amine Sead, porta-voz da candidatura de Kumba Ialá, trata-se de um acto "inconstitucional", pois durante o período eleitoral o Presidente-candidato "só pode fazer a gestão corrente do Estado [...] não tem poderes constitucionais para exonerar ou nomear, a menos que existam motivos muito fortes que, no caso do presidente do STJ, terão de ser de índole criminal", disse à Lusa.

De surpresa, na quinta-feira, o Presidente Nino Vieira exonerou o presidente do Supremo Tribunal, Mário Lopes, fazendo-o substituir pelo ministro da Justiça, Mamedu Djalo Pires, ao mesmo tempo que nomeava o brigadeiro Ansumane Mané chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

As mudanças decretadas ocorreram pouco antes da abertura da campanha para a segunda volta das eleições presidenciais, marcada para as 00h00 horas de ontem. Nino Vieira está hoje a fazer campanha em Bafatá, no leste do país, uma área onde obteve fraca votação na primeira volta, enquanto Kumba Ialá se reúne com todos os partidos de oposição para tomar posição sobre a chamada "remodelação".

Com esta iniciativa, Nino colocou, sobretudo, homens de confiança em dois postos chave que notoriamente começavam a escapar ao seu domínio: as Forças Armadas e o Supremo Tribunal de Justiça.

Para o PAIGC, trata-se no entanto de um "acto normal de governação". Hélder Proença, responsável do partido para a Informação, disse ontem numa conferência de imprensa ser "normal" que um Governo proclama "as mudanças necessárias sempre que entender que isso é melhor para o país".

Incertezas militares

Mas pode ser algo mais do que isto. Segundo fontes guineenses, a situação nas Forças Armadas começava a tornar-se algo problemática para Nino e para o PAIGC. Os militares promoveram manter-se neutrais em todo o processo de abertura democrática, o que cumpriram, conotando inclusive o aplauso, ainda que discreto, da oposição.

Nas eleições, o PAIGC e Nino Vieira perderam em grande parte das assembleias de voto instaladas nas áreas militares. Nino perdeu mesmo na assembleia de voto instalada na Praça Heróis da Nação, ou seja, no sector do próprio palácio presidencial e nas urnas em que depositou o seu voto.

Este facto, conjugado com o apoio em força da etnia balanta a Kumba Ialá — os balantas ocupam as principais chefias intermédias das Forças Armadas — deixou o estado-maior da candidatura de Nino bastante preocupado assim que foram conhecidos os resultados eleitorais.

Uma semana depois das eleições, oficiais balantas começaram a ser substituídos, uns enviados para as zonas fronteiriças e outros ainda incorporados no contingente de tropas oferecido às Nações Unidas para a força de paz do Ruanda.

A nomeação do brigadeiro Ansumane Mané para Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas é interpretada em Bissau como a colocação de "olhos e ouvidos" de Nino na instituição militar. Uma instituição

que nos últimos anos perdeu influência no regime, a favor do aparelho da Segurança, integrada no Ministério do Interior e na dependência directa de Nino Vieira.

"Ansumane Mané é um dos homens da linha dura do PAIGC e não percebemos porque é que isto acontece nas vésperas do início da segunda volta das presidenciais", disse à Lusa Amine Sead. Isto apesar de, em termos formais, o governo apresentar o argumento da vacatura do cargo desde a morte, por doença, do antigo titular, brigadeiro Sanassa Soares Cassamá, em Fevereiro passado.

Mas também o principal partido de oposição, o Movimento Bafatá, liderado pelo médico Domingos Fernandes Gomes, reagiu e, citado pela Lusa, evidenciou a sua "grande perplexidade", já que estas mudanças são entendidas como uma clara manifestação de força da "ala dura do PAIGC". O Movimento Bafatá promete uma resposta "mais pormenorizada" a estas mudanças, depois de uma cimeira entre todos os partidos de oposição.

A mudança do próprio presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Mário Lopes, é interpretada com grande preocupação pela oposição pois, apesar de ser um homem do PAIGC, este jurista notabilizou-se pela sua independência e isenção no exercício do cargo. Esta é, aliás, a segunda vez em menos de oito meses que Nino Vieira exonera juizes do Supremo Tribunal de Justiça por decreto presidencial. O primeiro foi Francisco Paula Medina, hoje no sector privado.

O presidente do Supremo foi substituído por Mamedu Djalo Pires, ministro da Justiça cessante, e um homem considerado muito próximo de Nino Vieira.

"Mário Lopes, apesar de membro do PAIGC, tem mantido sempre uma postura equilibrada e (tem) estrutura para gerir o processo eleitoral de uma forma isenta, pelo que agora não temos qualquer confiança em Djalo Pires, um homem que pertence à ala ortodoxa do partido no poder, em assegurar essa isenção num órgão que decide em

última instância", afirmou Amine Sead.

Preocupações diplomáticas

Nos meios diplomáticos acreditados na capital guineense, contactados ontem à tarde pelo PÚBLICO, as mudanças feitas por Nino são encaradas com preocupação. Não se exclui que estas medidas possam ser uma espécie de preparação para "algo" que estará a ser "cozinhado" para a segunda volta.

A crescente influência da França no processo eleitoral é vista nesses meios como significando um reforço do PAIGC, que já na primeira volta recebeu dos franceses forte apoio. O embaixador de Paris foi, aliás, o primeiro que Nino Vieira recebeu após a proclamação dos resultados provisórios e só depois desta audiência é que Nino Vieira veio a público declarar que "a lei irá ser respeitada" e que, portanto, se apresentaria a sufrágio na segunda volta das presidenciais.

Mas as mesmas fontes não desligam as alterações no Exército e na Justiça da posição de força do PAIGC em relação aos dois deputados que perdeu na reconotação dos votos para o Movimento Bafatá.

Quinta-feira à tarde, em conferência de imprensa, Hélder Proença exigiu a revogação das contagens dos votos nulos das eleições legislativas de 3 de Julho, que fez diminuir de 66 para 64 o número de deputados eleitos pelo PAIGC. Esta exigência foi objecto de uma reclamação entregue à Comissão Nacional de Eleições (CNE) em que o PAIGC considerava "extremamente grave" a divulgação de deputados. "A divulgação dos resultados definitivos tem subjacente a ideia de que já não serão meros, o que nós não podemos aceitar", disse. Questionado sobre a possibilidade de a CNE indeferir a reclamação, Proença afirmou que o PAIGC irá recorrer para o Supremo Tribunal de Justiça, uma iniciativa que coincide com a mudança do seu presidente. ■

● ASSINE JÁ

● LIGUE 531-2000 RAMAL 259



Missões em África

EXPRESSO, 23.7.94

ELEMENTOS do Grupo de Operações Especiais (GOE) estão a actuar no continente africano por forma a defender as delegações portuguesas de eventuais ataques de extremistas. Argélia, Angola, Zaire, Moçambique e África do Sul são alguns dos países onde têm actuado as «tropas especiais» de Dias Loureiro. A preocupação quanto à possibilidade de a Frente Islâmica de Salvação (FIS) da Argélia atacar cidadãos portugueses, ou mesmo a embaixada, levou, recentemente, o Governo a deslocar para esse país um pequeno grupo de operacionais.

A sua missão tem decorrido «muito bem e até ao momento não aconteceram quaisquer problemas», assegurou ao EXPRESSO fonte policial. Já antes, os GOE tinham estado na África do Sul, aquando das eleições presidenciais, para tratarem do eventual repatriamento de cidadãos portugueses. «A PSP teve, na África do Sul, um grupo destacado como observadores internacionais, mas também enviou a sua polícia de elite para salvaguardar os interesses na-

cionais», acrescentou a mesma fonte.

Os GOE têm marcado presença, em períodos de guerra, em todos os países africanos onde Portugal mantém interesses, tendo-se destacado o contingente enviado para Angola, durante os conflitos de Luanda, quando mais de uma dezena de agentes defenderam diversos cidadãos portugueses e estrangeiros. «A situação complicou-se imenso e aí os homens andaram armados», garante um responsável policial. Quanto à forma como são transportadas as armas usadas nessas missões, todos os polícias contactados se recusaram a comentar o assunto.

Concorrência com a DINFO

Se as missões, por norma, apenas se circunscrevem às cidades, o mesmo não se terá passado no Zaire, quando os GOE tiveram de alugar uma avioneta para ir buscar um português que se encontrava sozinho numa terreola do interior. «O mais difícil foi convencer o homem da avioneta a levar-nos lá», lembra um agente que

esteve envolvido na operação. Curiosamente, a actuação dos GOE tem esbarrado, algumas vezes, com a acção dos elementos da agora extinta DINFO. A razão apontada para os desencontros deve-se à «duplicação de esforços».

Por outro lado, também elementos da PSP se têm deslocado, em acções integradas no contingente das Nações Unidas, para fora de Portugal. Actualmente, encontram-se em Moçambique 31 agentes policiais, dos quais nove são oficiais. Na antiga Jugoslávia, estão dois oficiais, 34 subchefes e sete guardas. «Não falta quem queira ir para estas missões até porque, por exemplo, se em Portugal um subcomissário ganha pouco mais do que 150 contos, já em Moçambique pode contar com mais de 800 mil escudos por mês», diz um oficial que acrescenta, meio a brincar meio a sério, que por este andar qualquer dia não temos agentes para policiarem o território nacional.

VÍTOR RAINHO

“Nino” remodela Governo

PÚBLICO, 22.7.94

O CHEFE de Estado da Guiné-Bissau procedeu ontem a uma mini-remodelação ministerial, que afectou apenas o Ministério da Justiça, e substituiu o presidente do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) e a chefia das Forças Armadas.

Através de decretos presidenciais, divulgados ontem pela Rádio Bissau, João Bernardo Vieira tirou Mamadu Djalo Pires do Ministério da Justiça para o nomear Presidente do STJ. O anterior titular deste cargo, Mário Lopes, foi afastado.

Mamadu Djalo Pires era ministro da Justiça desde 25 de Outubro de 1992 e Mário Lopes exercia o cargo de Presidente do STJ desde 8 de Outubro de 1993.

Para o lugar deixado vago na Justiça, “Nino” Vieira nomeou o primeiro-ministro Carlos Correia, que acumulará as duas funções “até à nomeação de um novo titular”.

Por outro lado, em três outros despachos, também assinados ontem por “Nino” Vieira, mas agora sob proposta do ministro da Defesa, Samba Lamine Mané, a chefia do Estado-Maior General das Forças Armadas da Guiné-Bissau passa a ser ocupada pelo brigadeiro Ansumane Mané, considerado muito próximo do Presidente.

O cargo estava vago desde Fevereiro devido ao falecimento do brigadeiro Soares Cassamá, que curiosamente havia substi-

tuido Ansumane Mané do lugar em 1992.

O vice-chefe do Estado-Maior do Exército, tenente-coronel Sandji Fati, subiu na hierarquia e é agora chefe do Estado-Maior da mesma arma. Para a Inspeção-Geral das Forças Armadas, cargo que nunca teve titular, foi nomeado Mário Sousa Delgado.

Todas estas alterações governamentais e no seio das Forças Armadas, que entram imediatamente em vigor e sobre as quais não foi dada qualquer explicação, surgem um dia antes do início da campanha eleitoral para a segunda volta das eleições presidenciais, marcadas para o dia 7 de Agosto. ■

Lusa

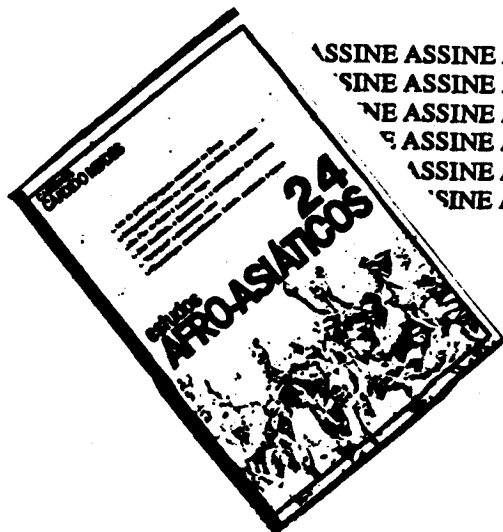
Ofensiva da UNITA

A UNITA desencadeou uma ofensiva militar contra a cidade de Ndalatando, que estava ontem a ser flagelada com tiros de artilharia de longo alcance a partir de posições vizinhas reconquistadas. Uma fonte militar em Luanda disse também que a ofensiva militar se dirige contra as cidades do Cuito e o município de Caimbambo, na província de Benguela, onde os combates são particularmente intensos.

EXPRESSO, 23.7.94

ANGOLA AVANÇA DOIS PONTOS — As equipas negociais do Governo angolano e da UNITA chegaram ontem a acordo, em Lusaca, sobre outros dois pontos de mediação. Segundo fontes das negociações, citadas pela Lusa, a UNITA aceitou o a apresentação de listas plurinominais aos diferentes órgãos de poder. Ambas as partes concordaram com a redacção dada ao décimo ponto da proposta de mediação, segundo o qual os membros da UNITA a exercerem cargos de governação só poderão ser substituídos por elementos desse partido “durante o período de vigência” do protocolo de Lusaca.

PÚBLICO, 23.7.94



Era uma vez em Quelélé...

PÚBLICO, 24.7.94

ESTA é uma história que bem poderia começar com a mais clássica fórmula que existe para os contos que se impinge às crianças renitentes em abraçar o João Pestana: "Era uma vez uma rádio comunitária em Quelélé, um bairro pobre de Bissau, onde se contava bonitas histórias sobre a vida..." A diferença é que esta história, ao contrário das que se conta às crianças para que adormeçam, não tem fadas, não é de ficção, é uma história real sobre a autoridade e o poder.

Em Fevereiro deste ano, crianças, adolescentes e adultos de Quelélé andavam em polvorosa. Quelélé é um dos bairros mais pobres e miseráveis de Bissau, nos arredores da cidade, onde as crianças se lavam na água escura e malcheirosa que corre das valas de escoamento, famílias de 23 pessoas vivem numa única casa pequeníssima, onde todos os dias se deixa de ver um vizinho, um amigo ou um simples conhecido com quem se trocou duas palavras na véspera. Desaparecem levados pelo paludismo cerebral ou por qualquer outra doença.

Mas, por umas semanas dos primeiros meses deste ano, as pessoas de Quelélé viram, estupefactas, mas contentes, que qualquer coisa nova lhes entrava pela casa e pela vida dentro. E não era desgraça nenhuma!

Muitos saíram a correr atrás do som, que os condu-

ziu até à sede da Associação para o Desenvolvimento (AD), uma organização não governamental instalada no bairro, que apoiou um grupo de jovens a pôr no ar as primeiras emissões da primeira rádio comunitária da Guiné-Bissau, uma experiência praticamente pioneira em toda a África Ocidental em bairros de zonas urbanas degradadas. No Mali, existem experiências semelhantes, mas para zonas rurais distantes das cidades.

A rádio de Quelélé só emitia aos fins-de-semana e feriados, mas o parco e simples equipamento, que custou à módica soma de mil dólares, aos primeiros instantes de vida radiofónica logo mobilizou todo o populoso bairro. Os programas tanto podiam ser sobre a vida do bairro, os seus problemas e as suas obras, o centro de saúde de base, o desporto, a promoção de músicos desconhecidos, as campanhas de vacinação de crianças, ou tão-só sobre "passadas", estórias e anedotas que os guineenses tanto gostam de contar.

Muitos queriam participar na vida da rádio, mas outros queriam apenas que os deixassem estar por ali, no estúdio, a ver como se mexia naqueles botões todos, outros queriam agarrar a voz que saía do microfone, queriam ver apenas o aparato daquela pequena algarria tecnológica. As produções radiofónicas eram

acompanhadas ao vivo por uma multidão que peregrinava constantemente para os estúdios.

Ao mesmo tempo que a rádio crescia, também aumentava o entusiasmo e a participação das pessoas nas obras comunitárias em curso, como o centro de saúde. Estavam felizes e eufóricos os habitantes de Quelélé, muitos deles de triste vida, passada na exploração subhumana do trabalho, na construção civil, nas cargas e descargas que dão uns míseros pesos, que não chegam sequer para comprar o almejado saco de arroz semanal. Os que são explorados ainda são alguns dos mais felizes, porque conseguem trabalhar e outros, cada vez em maior número, nem trabalho conseguem. Também os há que de trabalho nem querem ouvir falar...

Mas estava o bairro de Quelélé na sua idade da rádio quando no gabinete do Ministério da Informação alguém reparou no fenómeno e, sobretudo, na ausência de controle da iniciativa pelo Estado. Assim, da constatação à queda do peso burocrático do aparelho estatal sobre a rádio foi um pequeno passo.

"(...) a sua utilização ultrapassa largamente a mera vontade de servir." Aqui está uma frase que bem se poderia dizer de forma mais económica, bastando gritar: "Encerre-se!" A intenção percebe-se claramente por

entre as sugestões de que, por detrás daquela rádio de aparência simples e modesta, nestes tempos de abertura política, bem podem esconder-se interesses perversos inconfessáveis.

As palavras são do ministro da Informação, Augusto Viegas, num encontro em que estava previsto que se definisse uma estratégia nacional de comunicação, e serviram para preparar o terreno para, em finais de Março, se acabar pura e simplesmente com as alegrias da população de Quelélé. Como o regulamento do concurso público estava "em estudo" até ser submetido "à aprovação do Conselho de Ministros", a aparelhagem da rádio foi desmontada e a estação silenciada.

Um mês mais tarde, acabou de vez esta história que era uma vez... A frequência e autorização de emissão foi atribuída à Rádio França Internacional, sem que se tivesse dado por qualquer concurso público. Tudo isto apesar de a AD ter solicitado previamente ao ministro da Informação a necessária autorização para o funcionamento da rádio.

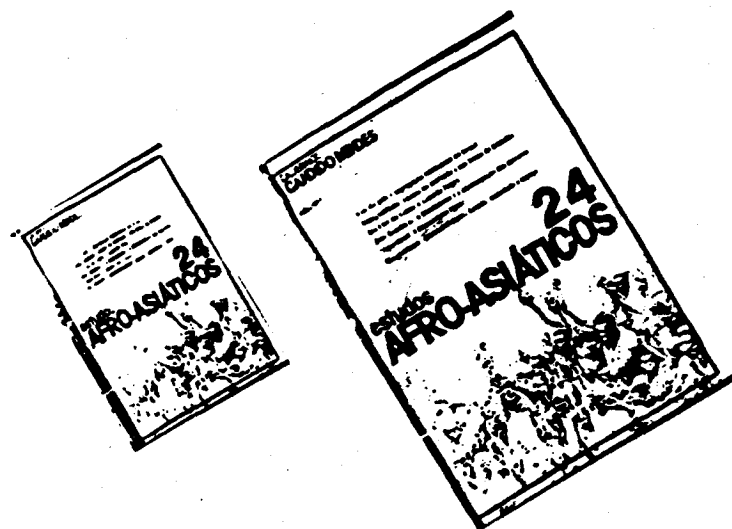
Lá bem no fundo, esta história mais não é do que um pequeno exemplo de como a autoridade e o poder são exercidos em Bissau. E não fossem estes uns tempos de abertura democrática... ■ E.D.

O juiz-taxista

O HOMEM andou uns anos intermináveis a queimar as pestanas nas sebtas da Universidade de Coimbra e formou-se na arte das leis. Juiz de profissão, lá regressou a Bissau, passava o ano de 1982, e começou a fazer carreira na magistratura guineense. Ágil com os códigos, logo chegou a juiz-conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça. Até um dia em que pôs a assinatura debaixo de um parecer que muito desagradou ao Governo e ao Presidente. Foi o mesmo que assinar a carta de despedimento naquela "democracia

monopartidária", definição oficial do regime.

Numa manhã de ira, o próprio Presidente Nino Vieira também pôs a sua assinatura num decreto que mandou o juiz-conselheiro Francisco Paula Medina para a rua. Foi na rua também que um dos polícias do regime mandou parar o carro oficial do juiz e lhe retirou as chaves para ficar com ele. O cidadão Francisco Medina lá teve de dar asas à imaginação para ganhar a vida. Foi para a iniciativa privada e comprou um táxi que pôs na praça, com um motorista contratado. Por uma unha negra não foi mesmo transformado em juiz-taxista. ■



PÚBLICO, 24.7.94

● ASSINE JÁ ● LIGUE 531-2000 RAMAL 259

Um país onde está tudo por fazer

O (des)governo da Guiné

PÚBLICO, 24.7.94

Eduardo Dâmaso

Num país onde a desorganização é geral e o controlo do Estado tentacular, fundar uma organização não governamental é uma das poucas formas de criar um espaço de autonomia e contribuir para o desenvolvimento social.

Carlos Schwarz é engenheiro agrónomo e trabalhava para o Estado da Guiné-Bissau até que, um dia, cansado das fraquezas e prepotências políticas, se desvinculou e fundou com um grupo de amigos, não uma empresa, mas uma organização não governamental (ONG). Este pequeno exemplo repetiu-se dezenas de vezes em Bissau, nos últimos dez anos, com os melhores quadros do país a agruparem-se em ONG, que representam actualmente o verdadeiro governo do país em áreas tão críticas como a saúde, a educação, a agricultura e pescas.

"Trabalhar fora do Estado é a única forma de fazer alguma coisa pelo povo deste país." Schwarz, que é guineense, fundou a Associação para o Desenvolvimento (AD), que tem concretizado vários projectos de dinamização e formação profissional de comunidades rurais, abrangendo sobretudo agricultores, pescadores e mulheres.

O bairro de Quelélé, onde a AD tem a sua sede, é outra das preocupações da organização, dado tratar-se de um dos recantos de Bissau onde a pobreza mais cresce. Mas Varela, no Norte, e Tombali, a sul de Bissau, são as zonas onde esta ONG mais concentra as suas capacidades, por constituírem áreas "das mais encravadas de todo o país" e por ali "não se verificarem intervenções do Estado".

Varela é uma das mais belas praias da Guiné-Bissau, já

muito perto do Senegal, e um areal de repouso dos militares portugueses em licenças de guerra. Repouso dos generais, não dos guerreiros, entenda-se! Nos mares de Varela, ricos de pescado e de marisco, os pescadores locais são apoiados, não em dinheiro, mas no reforço das suas capacidades. Por outras palavras, os técnicos da AD transmitem conhecimentos técnicos de reparação de motores e introduzem técnicas mais modernas de amanho das redes e das canoas.

Numa fase mais adiantada, a AD financia as actividades piscatórias e procura criar circuitos comerciais para as tabancas vizinhas e também para Bissau, até que os pescadores e as suas associações possam começar a gerir sozinhos toda a sua actividade. Trata-se, afinal, de uma aplicação literal daquele princípio da sabedoria chinesa: não lhe dê o peixe, ensina-o a pescar. Muitos dos pescadores com quem a AD começou a trabalhar há uns bons pares de anos já vão sozinhos a Bissau adquirir motores, trocar material, vender produtos. Antes, não saíam dos limites dos seus areais e das suas águas.

E, para além da pesca, começaram a arrancar pequenas indústrias tradicionais, complementares da pesca. A conservação e transformação do pescado é imediatamente feita em Varela e não em Bissau ou qualquer outro ponto do país, para onde o simples transporte é tão complicado que mais vale desistir à partida.

A mafia do arroz

Mas um dos factos mais notáveis na vida desta ONG reside na necessidade sentida, em dada fase da sua vida, de trabalhar na área da produção do arroz, um bem de primeira necessidade no país, onde não faltam campos férteis para esta cultura, mas que importa mais de 80 mil toneladas do produto.

"Há muito arroz que nem chega a entrar no país." Carlos Schwarz conta que a maior parte das importações é apenas negociada, os papéis andam de cá para lá, e acaba por ser vendida para o Senegal. "A pior mafia que existe na Guiné-Bissau é a do arroz", diz aquele antigo técnico do Ministério da Agricultura,

lembrando que os próprios períodos de escassez "são criados artificialmente para que os subsídios sejam desbloqueados".

As próprias ajudas financeiras internacionais, que representam 80 por cento do orçamento do país, são um terreno apetecido dos grupos de interesses que gravitam em torno da classe política local. A maior parte dessas ajudas acaba por não criar riqueza nem capacidades produtivas locais e dissipa-se por contas bancárias no estrangeiro.

Uma das últimas histórias que fazia as delícias de quem seguia as conversas dos bastidores empresariais era sobre um complexo desportivo pré-fabricado oferecido pela Itália à Guiné-Bissau, mas que nunca chegou a sair do porto de Bissau. Apenas as peças se foram escoando para serem vendidas, a retalho e ao desbarato, a particulares. Num complexo turístico do Norte, o dono contou ao PÚBLICO as dificuldades que tinha encontrado para construir uma piscina, até que o milagroso carregamento da aldeia desportiva chegou e ele conseguiu arranjar todas as peças de que precisava...

"Foi por o país se encontrar no estado em que está que as ONG começaram a crescer por todo o lado. Quase todas elas nasceram a partir de pessoas que trabalhavam para o Estado e se cansaram da sua onnipresença", diz Carlos Schwarz.

O desafio das ONG

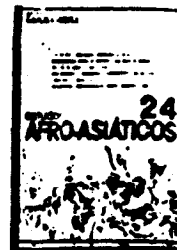
Por tudo isto, a acção das ONG é olhada de soslaio pelo Governo guineense, que vê nelas um potencial instrumento de oposição política. Pouco

tempo antes das eleições chegou a haver atritos fortes, ao ponto de um assessor do ministro das Finanças tecer fortes críticas às organizações não governamentais, durante uma iniciativa pública de uma delas. Instado a precisar o tom vago das críticas formuladas, o assessor de Filinto Barros, provável futuro primeiro-ministro, limitou-se a encolher os ombros e a dizer: "Só disse o que me encomendaram para dizer..."

O desafio fundamental que as ONG enfrentam é o da organização das estruturas de produção. Sobretudo no mundo rural, está tudo por fazer para que a Guiné-Bissau consiga sair de uma agricultura de subsistência e chegue a exportar alguns dos seus melhores recursos naturais, como a fruta. E é neste domínio que quase todas estas organizações, a par das estruturas de cooperação e das Nações Unidas, investem todas as suas capacidades.

A maior parte dos estudos técnicos das ONG apontam um caminho simples a percorrer para que o país possa sair de uma situação de pré-ruptura económica e social: desenvolver a agricultura, a pesca e o turismo. Mas nada disso acontecerá enquanto o governo apontar como "prova de que o país funciona" o facto de possuir um aeroporto onde os estrangeiros que viajam podem aterrar, hotéis que os alberguem, comida que os alimente e telefones para que deem notícias à família. Tudo o resto, por assim dizer, é paisagem, pois aquela foi a resposta simples de um ministro, o das Finanças, a perguntas sobre o endividamento e a pobreza do país. ■

• ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAMAL 259



O "3 de Agosto"

PÚBLICO, 24.7.94

LOGO à entrada se percebe que vamos penetrar em mais um espelho fiel do país. Uma ambulância sem as rodas da frente está estacionada defronte do edifício e uma parte de um aparelho de raios x anda por ali à meros dos caprichos do tempo.

Depois, lá dentro, os mortos fazem ninhos nos cantos de tectos a cair. As paredes são uma caricatura daquilo que foram. A sujidade invade todos os pontos onde o olhar poise e a última coisa que se chamaria àquele edifício caduco, abandonado, seria "hospital". So na Guiné-Bissau, o país mais endividado do mundo e dos mais pobres de todos, se poderá dizer que estamos num hospital.

O "3 de Agosto", designação que lhe ficou da era colonial, é uma caricatura horrenda de um hospital, mas um exemplo perfeito do estado territorial em que se encontra este pequeno país da África Ocidental. Por — é talvez o mais tenbroso cenário de filme de terror que pelos nossos olhos passou.

Para ali só vai quem quer ter por certa a morte. A decadência física do edifício junta-se a completa inexistência de equipamento que permita prestar os mais elementares cuidados de saúde. Nem se compreende porque permanece ainda de portas abertas, mesmo que para uns poucos serviços.

Sobre uma população anal-

fabeta pesa diariamente o flagelo da doença, que todos os dias leva gente para os cemitérios nos bairros miseráveis da periferia de Bissau. Tudo por doenças que, na Europa, há décadas que são tratadas com uns comprimidos ou simples injeções. O paludismo cerebral é fulminante, os partos deficientes um tiro certo no coração, a desidratção um garróte apertado no pescoço. Aí uns 80 por cento das doenças são simples e resolviam-se se houvesse centros de saúde que, ao menos, tivessem um bom enfermeiro.

Não há estrangeiro que venha trabalhar para Bissau que não tenha uma cláusula no contrato a prever a sua rápida

evacuação para o Senegal ou mesmo para Lisboa ou qualquer outra capital europeia.

Ninguém se arrisca a entrar no 3 de Agosto ou mesmo no hospital central de Bissau, onde pode sempre levar uma injeção com uma seringa infectada com o vírus da sida, porque as descartáveis tem de ser o paciente a lembrar-se de comprar na farmácia antes de ir para o banco da morte... perdão, das urgências. No hospital central de Bissau, aliás, é frequente que a morte leve alguém apenas porque se encontrava no bloco operativo no exacto momento em que um dos habituais cortes de energia aparece sem avisar. ■ E.M.

Angola em guerra

Pretória pede à UNITA que poupe mercenários

Steven Lang, em Johannesburg, com Fowler

O PRIMEIRO vice-presidente sul-africano, Thabo Mbeki, pediu ontem à UNITA que não execute os mercenários capturados em Angola, mas uma companhia que os emprega, a Executive Outcomes, afirmou que os outros, afirmou que um deles, Lukas Otondo, morreu. Otondo, de 28 anos, já foi morto.

"O Ministério dos Negócios Estrangeiros tem estado em contacto com a UNITA para lhe dizer que não deve haver execuções em público", disse Mbeki ao regressar de uma viagem à Inglaterra.

O conflito angolano continua a ser uma permanente fonte de intrigas, especulações, breves e tragédias na África do Sul, desde que nos tempos coloniais os africanos começaram a interferir na evolução dos acontecimentos no grande território.

Na semana agora terminada, um juiz do Supremo Tribunal considerou Lukas Coetzer "presumivelmente morto", a pedido do pai de tal indivíduo, depois de o jornal "Beeld" haver publicado uma foto de sul-africanos vítimas da guerra em Angola.

Quinta-feira, o Chefe do Estado-Maior Geral da UNITA, general Afrindo Chenda Isaac Fene, "Ben Ben", disse num comunicado que, "na luta reatada que se trava nas Lundas", fora abatido um avião de fabrico suíço Pilatus PC-7 "tripulado por mercenários sul-africanos" ao serviço de Luanda.

PÚBLICO, 24.7.94

lentes de Luanda e preferem manter-se fiéis aos seus antigos ideais são comandados pelo coronel Jan Breytenbach, fundador do Batalhão 32.

Um jornalista que andava a investigar as actividades dos mercenários em Angola foi no dia 19 deste mês alvejado a tiro a sul de Durban, mas só o carro é que sofreu danos, tendo ele escapado ilitamente ileso.

Por outro lado, nas últimas semanas, diversos sul-africanos que eram suspeitos de estar ligados ao contrabando de armas morreram em condições misteriosas, como se essa fosse uma área de comércio altamente explosiva, que tanto pode dar para enriquecer como para acabar com a vida de um indivíduo.

Tudo isto numa altura em que a África do Sul, agora sob uma administração

democrática, não consegue esquecer os seus velhos laços com Angola, onde a luta não dá qualquer indicio de abrandar, e ninguém acredita que os acordos de paz que têm vindo a ser negociados em Lusaka desde o ano passado possam vir a ser rubricados dentro das próximas semanas.

Os governamentais declararam que ao longo dos últimos meses recuperaram algum território e que são agora senhores de mais de metade do território de Angola, mas a verdade é que ainda nos últimos dias se lutava fortemente em Cambembo, no centro da província de Benguela.

De igual modo, há notícia de situações de grande impasse militar no Cuito, em N'Delalando e até mesmo perto da barreira das Malhães, a uns simples 100 quilómetros de Luanda. ■

Oposição unida na Guiné-Bissau

PÚBLICO, 24.7.94

OS LÍDERES dos 12 partidos políticos da oposição guineense exigiram ontem a renovação imediata da exoneração do presidente do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) e a reintegração do anterior titular, Mário Lopes. Reunidos na sexta-feira à noite em cimeira oposicionista, os líderes fizeram uma comunicado final do encontro, onde consideraram a exoneração de Mário Lopes, decidida na quinta-feira pelo Presidente Bar-

nado Vieira, como uma tentativa de "controlo e manipulação dos tribunais". A decisão de "Nino" Vieira ocorre a dias da segunda volta das eleições presidenciais, prevista para 7 de Agosto, e a oposição diz que ela é "uma manobra do partido no poder (PAIGC) para controlar aquele órgão encarregado de garantir a legalidade do processo eleitoral". Os partidos anti-PAIGC tinham pensado para ontem, em Bissau, uma mani-

festação silenciosa de apoio a Mário Lopes, figura que consideram ter demonstrado nas eleições legislativas e primeira volta das presidenciais "uma inquestionável independência e ponderação na resolução de questões que se prendem com o processo, dando confiança a todos os intervenientes". A manifestação iria desenvolver-se antes de um comício de Kumba lá, o candidato da oposição que passou à segunda volta. ■

Moçambique: o risco de tropas à solta

PÚBLICO, 26.7.94

Das mesmas unidades César Camacho (texto)
e Luís Vasconcelos (fotos)

Amanhã, em Nacala, os mais altos responsáveis políticos de Moçambique assistem ao juramento de bandeira de mais um batalhão de forças especiais. O segundo treinado por portugueses. O que vai ser desse efectivo depois de amanhã ninguém sabe. A preocupação dos instrutores, que sabem o que ensinaram, está em saber se estes homens vão ficar muito tempo sem missão que lhes ocupe o tempo, como acontece com o primeiro batalhão, sem nada para fazer desde Março. Outro drama é o representado pelos desmobilizados, de um lado e do outro, que querem ser pagos para poderem ir para casa. A tudo isto, somam-se as reclamações da Renamo sobre viciação do processo eleitoral, enquanto a Onamos garante que em Outubro os moçambicanos têm mesmo que votar, dê lá por onde der.

des, sem missão atribuída". Teoricamente, cada um dos três batalhões de Forças Especiais formados pelos portugueses teria como missão a segurança dos corredores de Nacala, Beira e Limpopo, os tradicionais itinerários sensíveis do país.

Amanhã, em Nacala, realiza-se a cerimónia final de curso, com juramento de Bandeira, do segundo batalhão. Os instrutores para formarem o terceiro e último batalhão não podem ingressar nas instalações do Centro de Instrução de Forças Especiais enquanto este efectivo não for transferido para o seu destino. Se houver a demora que houve com o primeiro, enviado para a cidade da Beira, fica em risco o resto do programa. Pior ainda se também este segundo efectivo ficar sem ocupação definida.

Algo se passa ao nível do poder político que custa a ser entendido pelos responsáveis por esta tropa, já bem treinada e disciplinada. Repetem que "é um risco desnecessário ter esta gente por aí à deriva. Perdem-se os muitos dias em que lhes demos tanto trabalho ao corpo e à cabeça, e em que eles não tiveram sequer tempo para pensar quem é que era da Renamo ou da Frelimo".

Quando se iniciou o projecto de formação, embora com atrasos, a ideia de base era ter forças armadas desvinculadas dos partidos e capazes de contribuir para um desenlace pacífico do processo eleitoral. Na península de Catembe há a mesma preocupação com as duas companhias de Fuzileiros Especiais já formadas pelos portugueses, também elas sem missão definida.

A data limite

O mês de Outubro é definitivamente a data limite para a comunidade internacional apoiar o processo de paz em Moçambique. O país tem que realizar as eleições no calendário programado e não haverá adiamentos. Foi esta a posição expressa pelo representante da ONU, Aldo Ajelo, em três ocasiões diferentes, no espaço de 15 dias. No final de Outubro começam as chuvas e não é possível esperar mais um ano. O problema agora é dos moçambicanos.

O Presidente da República, Joaquim Chissano, e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama já andam em campanha. Ambos prometem cumprir os acordos de Roma. Mas Dhlakama já faz avisos quanto a reconhecer resultados se não forem verifica-

das algumas acusações que faz sobre recenseamento eleitoral. São sinais de incerteza a que se juntam protestos dos partidos políticos legalizados depois da celebração em Roma do Acordo Geral de Paz.

Estes partidos queixam-se de ainda não terem recebido as verbas facultadas pela comunidade internacional para se empenharem no processo eleitoral. Afonso Dhlakama faz-lhes um namoro que já é às claras.

Aproveitando algum nervosismo que se tem verificado ao nível governamental, o líder da Renamo faz saber que "não está a bater-se pelo poder, mas pela democracia". Diz que todos são importantes para a reconstrução nacional, apontando para a fórmula do governo de unidade nacional. "Mesmo que eu alcance uma maioria na ordem dos 55 ou 60 por cento, proponho-me formar um Governo que integre personalidades dos outros partidos".

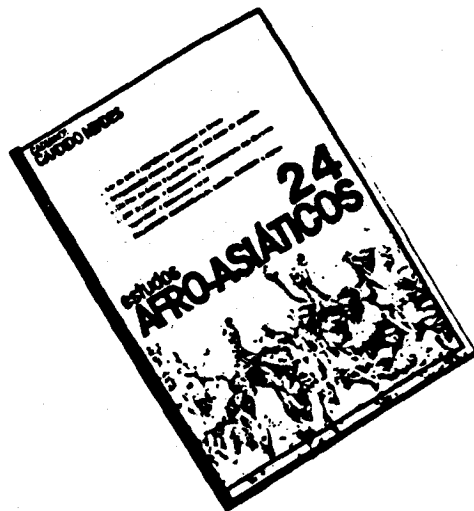
A cúpula da Renamo declara-se convencida da vitória se conseguir uma aliança, de circunstância, com os pequenos partidos a acompanhar o esforço de implantação que está a fazer nas províncias da Zambézia e de Nampula, as mais populosas do país. Dhlakama garantia não temer a influência da Frelimo nas províncias de Maputo, Gaza e Inhambane (Chissano é de Inhambane) se conseguir

"fazer passar a mensagem na Zambézia e em Nampula".

Acordo de segurança com Mandela

Ontem, em Nelspruit, na África do Sul, realizou-se a primeira reunião de um grupo de trabalho constituído por representantes dos governos moçambicano e sul-africano. O grupo foi constituído logo a seguir à visita de Nelson Mandela a Maputo, na semana passada. O trabalho que lhes está atribuído é estudar modalidades de segurança para contrariar acções de tráfico de armas e de drogas, particularmente na fronteira do Transvaal Oriental com Moçambique. Aparentemente, esta cooperação com as autoridades da África do Sul não tem que ver com o processo de paz em Moçambique, embora a comunidade internacional se tenha mostrado agradada com a possível influência de Mandela.

Segundo informações ontem divulgadas pela agência Lusa, a partir de Maputo, os problemas que deram origem à celebração deste acordo entre os dois países respeitam directamente a incidentes de fronteira em que, para além de tráfico de armas e droga, haveria episódios de roubo de gado por moçambicanos. ■



UNITA ANUNCIA MORTE DE 25 MERCENÁRIOS SUL-AFRICANOS — A rádio Vorgan, emissora da UNITA, anunciou ontem ter morto no fim-de-semana "25 mercenários sul-africanos", na região diamantífera das Lundas. Na semana passada, o movimento de Savimbi reivindicara ter abatido um avião sul-africano e capturado quatro "mercenários" que ameaçou executar. Em Luanda, a embaixada de Pretória disse à Lusa não ter quaisquer elementos de identificação dos referidos sul-africanos. Entretanto, a deputada angolana Georgina Sapalalo, eleita pela UNITA, fugiu há uma semana para Lisboa. Sapalalo conseguiu autorização para fazer um tratamento médico em Lisboa, de onde partiu para Paris, disse à agência Lusa uma fonte do partido.

PÚBLICO, 26.7.94

A grande preocupação dos observadores da comunidade internacional que actua em Moçambique até às eleições continua a residir na questão das Forças Armadas de Defesa a par da desmobilização dos exércitos da Renamo e da Frelimo.

A tarefa de formar um exército único está a cargo de Portugal, Inglaterra e França. A Missão Militar Portuguesa deu já garantia de cumprir o calendário. Mas já manifestou as suas dúvidas. O primeiro batalhão de forças especiais formado em Nacala foi enviado para a cidade da Beira. Está desocupado e desarmado.

Entre os oficiais instrutores, quer portugueses quer moçambicanos, a situação não é vista com bons olhos. Dizem que nas circunstâncias "não há nada mais perigoso que ter unidades bem treinadas e disciplinadas a roçar o rabo pelas pare-

Dhlakama em declarações ao PÚBLICO

'A guerra acabou de vez'

PÚBLICO, 26.7.94

"A GUERRA com armas acabou de vez em Moçambique", garantiu Afonso Dhlakama, durante a longa conversa que manteve com o PÚBLICO, na cidade de Tete. Repetia-nos o que tinha dito no comício de pré-campanha eleitoral, quando verificou que tinha alguns milhares de pessoas à sua frente e sabendo que sete ou oito mil pessoas em Tete significavam muita gente.

Para o líder da Renamo, a grande preocupação reside agora no processo de preparação das eleições. Ele diz que há fraudes no recenseamento e "é preciso eliminá-las antes das eleições". Dhlakama garante que já facultou informações suficientes aos responsáveis da Comissão Nacional de Eleições.

"O país é grande, são 152 distritos e é natural que a comissão presidida pelo sr. Mazula, que é um bom elemento, aceite por todos os partidos, não tenha informações correctas sobre o que se passa fora de Maputo. Mas que há viciação nos actos de recenseamento há", afirma o líder da Renamo. Assegura que foram recenseados grandes grupos de tanzanianos como cidadãos moçambicanos e que se passou o mesmo com cidadãos do Zimbabwe. Referiu um alto representante da Frelimo, de Nampula, no Norte do país, como a mais assídua das testemunhas que aparece nos postos de recenseamento a abonar a nacionalidade moçambicana de pessoas que são tanzanianas. Em Tete, diz Dhlakama, os responsáveis do partido no Governo "dizem às pessoas que só podem recensear-se depois de serem portadoras de cartão de inscrição na Frelimo e isso é uma irregularidade que pode pôr em causa o reconhecimento dos resultados eleitorais".

O presidente da Renamo faz a analogia com o que se passou nas eleições angolanas. "No que diz respeito a reconhecimento de resultados, imagino que pode ser pior. A única garantia que posso dar é que comigo as armas calaram-se definitivamente e a luta agora é com os votos." Diz depois ter em agenda um encontro com Joaquim Chissano, para lhe fazer ver que "é melhor não permitir que a Frelimo esteja a falsear o recenseamento nas províncias em que se sente mais frágil".

Afirma que tem acesso tanto ao representante da ONU em Moçambique, como ao secretário-geral. Cita conversas que manteve com personalidades do Zimbabwe sobre esta alegada viciação do censo: "Eles dizem-me que o meu irmão Joaquim Chissano lhes está a exigir que passem a fronteira e se inscrevam nos cadernos eleitorais, isto como paga da ajuda que Chissano deu ao Zimbabwe em 1980. Não é nada secreto. Vocês, jornalistas, vão ali à fronteira de Machipanda e podem perguntar à vontade. Eles vão dizer o que disseram a mim."

Dhlakama observa que não quer tornar "este assunto alarmante" mas não pode deixar de o referir. Acha que com uma conversa séria com Joaquim Chissano se pode impedir que os actos de viciação de dados prossigam. Invoca o conteúdo do Acordo Geral de Paz, no capítulo que lhe permite formular queixa directa à ONU, em Nova Iorque. "Hoje sei que há fraudes no recenseamento e só depois dos resultados eleitorais é que vou reclamar e dizer que tudo começou mal? Não pode!"

Para reforçar a sua garantia de não ser possível retomar a guerra, Dhlakama recorda o que foi dito por um mutilado, durante o comício de campanha. "Era um mutilado das tropas do Governo que estava ali à minha frente. Esse não está sozinho. Ninguém quer mais morrer em guerra, ficar sem pernas, ficar cego." Depois pergunta como é que alguém vai prosseguir a guerra. "O meu irmão Chissano, se eu ganhar as eleições, vai alguma vez conseguir mobilizar soldados para a guerra? Não vai não! E, se eu perder, vou conseguir ter soldados? Não vou não! A guerra acabou."

O dirigente da Renamo queixa-se da comunidade internacional estar a dar pouca atenção a certos aspectos do processo de paz. Fala de gente da Frelimo que está a ser treinada na Tanzânia. Assevera que um garoto, Macua, que fugiu de um campo de treino militar e denunciou como tinha sido "recrutado", acabou por desaparecer sem deixar rasto, depois de ter fornecido a localização do campo. "E ninguém está a ligar."

"Frelimo bateu o pé..."

Quando se fala a Dhlakama na sua dificuldade de apresentar quadros, ele responde que "na mata não se formam quadros". Diz que os quadros técnicos que existem não pertencem aos partidos. Pertencem ao país. Aponta para uma cedência sua, quando se tratou de formar as forças de segurança pública. "Quando tratámos do problema das Forças Armadas de Moçambique, ficou acertado que seriam constituídas a 50 por cento de cada lado e o mesmo devia acontecer com a polícia. A Frelimo bateu o pé e não quis. Isto foi em Setembro de 1992. Um mês antes tinha-me encontrado com Chissano e discutimos muito. Os meus generais diziam-me que, se Chissano não aceitasse para a polícia o mesmo que para as Forças Armadas, a Renamo não acabava a guerra e invadiamos Maputo. Eu disse que não e consegui acalmar os meus generais."

Observa que percebeu perfeitamente que o presidente Chissano já tinha bem delineada a "sua estratégia de incluir gente da SISE [polícia política], da guarda de fronteira e outros militares de confiança na polícia de segurança pública". "Foi uma cedência consciente. Era preciso cessar-fogo rapidamente. Nós enterrávamos uma média de 50 pessoas por dia na Gorongosa, pessoas que morriam de fome. Do outro lado sabíamos que se passava mais ou menos igual. Disse aos generais que não íamos meter nenhum soldado na polícia e eles acabaram por aceitar." Dhlakama ri-se e diz que hoje conhece a maior parte dos "miúdos da ex-polícia política que estão na PSP". "Estão sempre a

vigiar a minha casa, em Maputo. Escutam o meu telefone, mas não faz mal. Só me interessa que a polícia não intimide as pessoas durante a campanha eleitoral. Eu até já prometi que é com eles que vou contar quando ganhar as eleições... Então agora cada partido recruta uma polícia?"

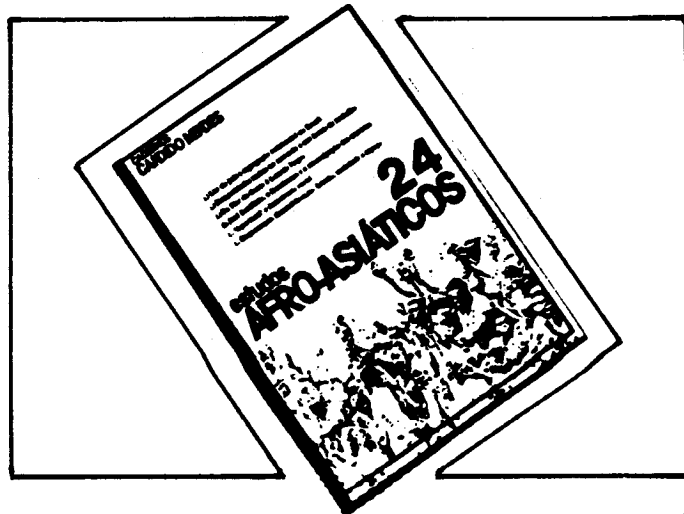
"Tivemos uma imagem muito má"

Afonso Dhlakama também falou do seu "grande sofrimento" quando foi aos Estados Unidos. Foi tentar convencer os norte-americanos não ser um "chefe de bandidos armados". Contrai o rosto e diz: "A nossa imagem era mesmo muito má. Vieram senhoras das organizações dos direitos humanos. Ai eu disse: 'Vocês, mulheres, estão a brincar. Eu é que lutei pelos direitos humanos em Moçambique. Sei que as armas da Renamo, durante a luta, mataram. Mas as armas do Mugabe [primeiro-ministro do Zimbabwe] também mataram no meu país.'"

Dhlakama garantiu em Nova Iorque que a Frelimo usou crianças no Exército. Disse-mos-lhe que tínhamos falado com um major do exército único, oriundo da Renamo. Tinha entrado para a Renamo antes de fazer 14 anos e agora contava 26. Dhlakama ripostou que "na guerrilha é diferente. É o povo que se organiza contra um regime. Na Frelimo era o recrutamento oficial, à porta das escolas e das casas de cada um. Era um governo reconhecido internacionalmente. Ainda hoje há miúdos de 15 anos no exército da Frelimo..."

O dirigente da Renamo considera que esse tipo de denúncia alterou substancialmente o apoio que os Estados Unidos davam à Frelimo, ao ponto do Departamento de Estado pressionar Chissano para que o programa eleitoral estabelecido na sequência dos acordos de Roma seja cumprido em Outubro. ■

César Camacho e José Pinto de Sá



Antigos combatentes amotinam-se

A fúria dos bravos

PÚBLICO, 26.7.94

COMBATENTES do Governo e da Renamo a aguardar desmobilização têm protagonizado diversos motins nos centros de acantonamento de norte a sul de Moçambique. Cansados de esperar, os veteranos da guerra cortaram estradas e ferrovias, pilharam lojas e desencadearam actos de violência que fizeram mortos e feridos entre a população civil.

"O Governo esqueceu-se de nós", queixou-se um porta-voz dos amotinados no centro de Cabide, em Sofala. "Só nos soube utilizar para defender os seus interesses e, agora, considera-nos lixo."

Embora muitas vezes as causas da revolta se prendam também com atrasos no pagamento de subsídios, na maior parte dos casos as demoras na desmobilização é que estão na origem dos incidentes. Em princípio, os soldados deveriam permanecer o mínimo tempo possível nos centros de acantonamento antes de serem desmobilizados ou encaminhados para o novo exército, mas, na realidade, essa estada vai-se prolongando, e é frequente ficarem durante meses nos centros, cujas condições logísticas são muito precárias.

Os veteranos dormem no chão em tendas infestadas de piolhos e passam os intermináveis dias em jogos de cartas e futebol. As condições sanitárias são péssimas, a alimentação é insuficiente (28 gramas de carne ou peixe por dia) e o moral deteriora-se a olhos vistos perante a incerteza do futuro, à medida que as semanas correm, até que a violência eclode.

Apenas ontem ficou concluída a revolta dos soldados governamentais amotinados desde a manhã de sábado em Cabide, nos arredores da Cidade da

Beira. Os militares mantiveram como reféns mais de uma centena de pessoas e apreenderam numerosas viaturas civis no decurso do motim, que se prolongou por três dias.

Último em data, este levantamento de Cabide segue-se a uma série de outros ocorridos um pouco por todo o país. Todo o processo de paz moçambicano foi marcado por actos de descontentamento dos antigos combatentes, cabendo aos mutilados de guerra as primeiras acções reivindicativas. Nas últimas semanas, porém, o fenómeno assumiu proporções inquietantes e é, actualmente, considerado como o barril de pólvora mais perigoso do processo.

Mortos e feridos

No dia 14, 300 militares governamentais acantonados em Massinga, na província de Inhambane, amotinaram-se e cortaram durante 20 horas o trânsito na Estrada Nacional nº1, única via de ligação entre o Sul e o Norte do país, exigindo imediata desmobilização.

Quatro dias depois, outros soldados do Governo amotinaram-se também em Namialo, a 90 quilómetros de Nampula, com idêntica exigência. Foi bloqueada a estrada e a ferrovia, ficando interrompendo durante todo o dia o funcionamento do "corredor de Nacala". Depois, os amotinados tomaram de assalto o posto policial da vila, apoderando-se das armas, seguindo-se várias horas de tiroteio desordenado com a polícia, de que resultaram pelo menos três mortos e grande número de feridos.

Na quinta-feira, dia 21, um grupo de soldados governamentais abandonou o centro de acantonamento da Moamba, na

província de Maputo, ocupou pontos estratégicos da vila, pilhou lojas, escurrou as autoridades e fez reféns entre a população civil. Interrompendo temporariamente o tráfego ferroviário oriundo da África do Sul, os amotinados exigiam igualmente a desmobilização imediata.

No dia seguinte, a cólera dos antigos combatentes estendeu-se a Boane, o maior quartel da região sul, a 30 quilómetros de Maputo. Ali, militares do Governo aguardando desmobilização sublevaram-se e cortaram a estrada que liga a capital à fronteira da Suazilândia, com apoio de recrutas do novo exército que ali recebem treino.

Embora a maioria dos motins registados nas últimas semanas tenha ocorrido em centros de acantonamento das forças governamentais, também os antigos combatentes da Renamo parecem ter atingido o limite da sua paciência. No dia 7, ex-guerrilheiros acantonados em Quinga, na província de Nampula, mantiveram como refém durante algumas horas um piloto de helicóptero da Onumoz, exigindo ser imediatamente desmobilizados. Dias depois, um motim de grande amplitude ocorreu no centro de acantonamento da Renamo em Dombe, na província central de Manica, tendo sido feitas centenas de reféns entre a população civil e cortada também a Estrada Nacional nº1, que passa a 40 quilómetros do local.

O presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, deslocou-se a Dombe para se inteirar de situação e responsabilizou o Governo e as Nações Unidas pelo sucedido. Em sua opinião, o Executivo não criou as condições necessárias à acomodação dos soldados nos centros, enquanto a Onumoz e o Ministé-

rio das Finanças "são lentos no processamento das listas (dos soldados a desmobilizar) e no pagamento aos desmobilizados".

Brigadas técnicas

Face à gravidade da situação, a Comissão de Supervisão e Controlo, órgão máximo do processo de paz moçambicano, decidiu na quarta-feira o envio de brigadas técnicas aos centros de acantonamento espalhados pelo país. Estas brigadas integrarão elementos do Governo, da Renamo, da Onumoz e das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, o exército apartidário em vias de formação. Nos centros, as brigadas irão desenvolver "um programa de esclarecimento sobre a possibilidade e as vantagens que os actuais acantonados poderão ter quando forem para a vida civil ou quando forem para o novo exército", segundo informou o negociador-chefe do Governo, Armando Guebuza.

Dados fornecidos pela Onumoz indicam que a Renamo desmobilizou até ao momento 95 por cento dos seus efectivos, enquanto o exército governamental desmobilizou apenas 49 por cento dos seus. E o Conselho de Segurança da ONU já instou o Governo e a Renamo a concluir, sem mais delongas, a desmobilização das suas forças armadas até 15 de Agosto impreterivelmente, de modo a que as eleições possam, de facto, realizar-se em Outubro, conforme previsto. "Não é possível atrasar ainda mais a desmobilização", enfatiza uma declaração deste organismo adoptada há uma semana em Nova Iorque. ■

José Pinto de Sá,
em Maputo

Uma parte do preço da fome

PÚBLICO, 26.7.94

HA CENAS que as autoridades moçambicanas não dá prazer nenhum mostrar. Em Nacala, na que foi a melhor Base Aérea do país, os três enormes hangares têm lá uma fortuna inútil. Parte do preço da fome, diz a gente local. Nos dois hangares já sem os portões, que são bastante úteis para fazer o telhado de qualquer casa pobre, estavam 30 aviões Mig-21. Na placa de estacionamento, outros dois do mesmo tipo. Mais 15 carcassas viam-se pelos buracos do hangar que ainda tem portões.

Um completo abandono de muitos milhões de dólares. Um valor impossível de converter em metacais, a moeda com que os moçambicanos compram a capulana, o óleo de palma e o feijão. O fornecimento dos aviões e incalculável panóplia de arma-

mento foi dos grandes negócios da União Soviética e a razão de ser da presença dos pilotos cubanos que treinaram a Força Aérea moçambicana.

Agora, tanto quanto nos contaram e as dezenas de Mig demonstram, a Força Aérea está reduzida a um "todo-o-terreno Land-Rover". Um oficial moçambicano contava em surdina que, mesmo assim, sem que ninguém saiba como nem porquê, "o mal-dito Land-Rover" consegue gastar diariamente perto de dois mil litros de J-P3, a gasolina para aviões. "Então, se não é o Land-Rover, por onde se escoa todos os dias tanta gasolina, se os aviões não voam?", pergunta.

Pelo menos estes Mig jamais voltarão a voar. Nem baixinho. Os motores desapareceram, os ins-

trumentos de navegação, sensores, até o sistema de radares. Apesar dos desperdícios ali estacionado, já com o capim a fazer moldura, as pessoas que todos os dias fazem por ali uma incursão para recolher qualquer coisa útil riem-se e dizem: "Ainda bem que já não voam."

Muito pior é o amontoado de munições, em antigas casernas, sem portas e sem janelas. Uma parte do material abandonado que para lá está era da artilharia anti-aérea, à mistura com "rockets" e outro municiamento explosivo. Até agora, ninguém deu grande atenção ao assunto. Ninguém se espanta. Parece haver um imenso arsenal em Moçambique e o lado melhor é o que está à vista. Porque as minas, essas matam todos os dias. ■ CC

Previsões sobre crescimento revistas em baixa

Tensões na economia da nova África do Sul

PÚBLICO, 27.7.94

APESAR da suave transição sul-africana do domínio branco para a democracia multirracial, a economia evidencia sinais de tensão, no momento em que os trabalhadores negros exigem a "vida melhor para todos" prometida pelo Presidente Nelson Mandela.

Os membros do Governo e os analistas têm vindo a moderar as previsões do crescimento para 1994, enquanto a economia, que no ano passado começou a emergir da maior recessão de sempre, tem dificuldade em arrancar com aquele ímpeto que muitos esperavam vir a caracterizá-la neste dealber democrático.

"Apesar de a transição política se ter processado de forma inesperadamente suave... os acontecimentos dos últimos meses obrigaram a uma contenção na avaliação", afirma a conhecida Standard Bank Investment Corporation, num relatório em que passa em revista a situação económica.

Os analistas moderaram as suas expectativas, depois de se terem verificado significativas rupturas na produção no período imediatamente anterior às eleições de Abril, condicionando um orçamento que provavelmente desencorajará os gastos de consumo e avivará o descontentamento dos trabalhadores.

Mandela afirmou no domingo passado estar preocupado com o facto de a agitação operária — relacionada com as ne-

gociações salariais anuais, que, segundo os especialistas, podem arrastar-se durante meses — poder provocar o retraimento dos investidores.

No entanto, ao mesmo tempo, o líder da maior federação laboral do país, a COSATU (Congress of South African Trade Unions), apelou a "uma revolução" nos locais de trabalho: "Os trabalhadores estão decididos a que a retoma económica iminente e os dividendos do fim do 'apartheid' que a democracia produzirá não beneficiem apenas os ricos, à custa dos pobres", declarou Sam Shilowa, o secretário-geral da organização, que conta com 1,2 milhões de membros.

Optimismo moderado

O ministro das Finanças, Derek Keys, que passará à reforma em Outubro, por razões pessoais, e será substituído pelo ex-banqueiro Chris Liebenberg, previu no início deste ano uma taxa de crescimento de três a quatro por cento, coincidente com estimativas que, segundo o Standard Bank, reuniam o consenso geral na altura. Este seria o maior índice de crescimento em mais de cinco anos, mas no mês passado o Departamento das Finanças reduziu e agora afirma que 2,5 por cento estão "ao alcance".

Derek Keys atribuiu esta redução ao entusiasmo com que

o país aderiu ao processo eleitoral, que foi acompanhado por uma proliferação de feriados públicos e rupturas na produção de bens e serviços.

Johan Louw, o economista mais destacado da Sanlam, grande instituição de investimentos, afirma ter revisto a sua previsão de crescimento para este ano de 3,0 para 2,3 por cento. Isto desde que os actuais protestos dos trabalhadores, que vão desde a hotelaria, metalurgia, indústria do papel e do petróleo até aos sectores municipal e judicial, "não entrem em descontrolo".

Tony Twine, economista da consultora de empresas Econometrix, declara que esta espera um crescimento de mais de dois por cento, mas explica que houve recentemente um ajuste de um décimo nessa previsão, que "foi seriamente influenciada pelas greves em perspectiva".

Agitação social

Já houve mais interrupções de trabalho em 1994 do que em qualquer dos anos posteriores a 1987, e a respeitada "newsletter" "Labour Brief", do Innes, prevê três a quatro meses de duras batalhas laborais. Preparam-se greves na indústria cervejeira, mas a maior ameaça à economia são os sindicatos mineiros e metalúrgicos. "Assim que as greves alastrarem para as indústrias mineira e metalúrgica, a economia ressentir-se-á a sério", afir-

mou recentemente um analista.

A Anglo American, uma gigantesca companhia mineira, informou que a indústria perdeu cerca de 15 toneladas de ouro, entre Abril e Junho, devido às greves. "A economia não está em condições de absorver esse tipo de perdas", declarou aos jornalistas, na semana passada, o chefe da divisão do ouro da empresa, Clem Sunter.

Mesmo assim, a economia pode contar com a vantagem de uma menor incerteza política após as eleições, com uma ótima colheita de milho na segunda metade do ano, com certa reanimação no investimento fixo e com a recuperação económica nos países destinatários das exportações sula-africanas.

Contudo, o orçamento para 1994-95 apresentado no mês passado — embora reconhecidamente disciplinado, não inflacionário e favorável aos investidores — não contribui para sustentar o crescimento, na opinião do Standard Bank e outros.

Um imposto de "transição" de cinco por cento sobre 30 por cento dos contribuintes, destinado a cobrir os grandes défices orçamentais resultantes do Governo de transição e das eleições, afectará em particular os gastos pessoais. "Muitas pessoas ainda não se aperceberam da influência que este imposto terá no seu poder de compra", afirmou Johan Louw. ■

Rory Channing/Reuters

Soldados amotinam-se em Maputo

PÚBLICO, 28.7.94

SOLDADOS governamentais amotinados saquearam uma loja, dispersaram estudantes de uma escola secundária e afugentaram residentes de um bairro residencial na periferia de Maputo, noticiou ontem a Rádio Moçambique, citada pela agência Lusa.

Segundo a emissora estatal, que ontem de manhã interrompeu a sua programação habitual para noticiar os incidentes, os distúrbios foram protagonizados por soldados da sexta brigada de Infantaria, estacionada na Matola-Gare, a 16 quilómetros do centro da capital.

Os militares, que fizeram disparos de armas ligeiras para o ar e usaram mesmo um tanque, bloquearam a ligação rodoviária entre Maputo e a vila de Matola-Gare.

Os soldados saquearam na terça-feira à noite uma loja e

ocuparam o posto de rádio dos Caminhos de Ferro de Moçambique, na estação ferroviária de Matola-Gare, recorda a agência portuguesa.

Ontem de manhã, os soldados entraram na vila de Machava, dispersaram os alunos da escola secundária local e saquearam um mercado, gerando a debandada dos residentes que procuraram refúgio no vizinho Bairro da Liberdade, antigo Bairro Silva Cunha.

A acção dos militares está relacionada, como ocorreu outras vezes, com a exigência de desmobilização imediata e liquidação de vencimentos em atraso.

Este é o segundo motim de tropas governamentais em menos de uma semana, com contornos violentos, depois do de Moamba, a 80 quilómetros de Maputo, no dia 21, quando militares rebeldes ocuparam aquela

vila situada a 30 quilómetros da África do Sul.

Os motins estão a suceder-se a um ritmo quase diário e um pouco por todo o país, envolvendo soldados governamentais mas também da Renamo, todos eles exigindo a clarificação do seu futuro.

Aparentemente, segundo a Lusa, tanto os combatentes do Governo como da Renamo entenderam ser melhor rearmarem-se para serem rapidamente desarmados e desmobilizados, por se sentirem "esquecidos" por aqueles que os empurraram para a "morte" em defesa dos seus interesses.

A recusa de todos os militares que se amotinam em integrarem "voluntariamente" as novas Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) minam os planos estabelecidos pelo acordo geral de paz assinado em Roma,

pelo Governo e pela Renamo, relativo a esta matéria.

O Acordo Geral de Paz diz que os dois subscritores devem contribuir cada um com 15 mil homens para a formação de um exército unificado e "apartidário".

A posição da maioria dos combatentes nos centros de agrupamento inspirou um editorialista da publicação "Mediafax" que sugeriu que as FADM sejam constituídas em função do que é possível e não em função do que se decidiu em Roma, depois de constatar que apenas um por cento (700) da totalidade dos efectivos declarados pelo Governo estariam dispostos a continuar como militares.

"Brincar com o fogo" é o título do editorial, que acrescenta que "cada dia de adiamento da desmobilização é um convite para a tragédia". ■

Ministros dos PALOP terminaram encontro sobre legislação eleitoral

O sucesso africano de Loureiro

PÚBLICO, 28.7.94

César Camacho

Durante dois dias, os ministros dos cinco países africanos lusófonos realizaram em Lisboa um seminário sobre legislação e metodologia eleitoral. Ontem à tarde, na hora da partida, todos consideraram o encontro como um sucesso, facto que agradou visivelmente a Dias Loureiro. O ministro português prometeu dar ainda mais ajuda e fez um apelo à paz em Angola.

O ministro Dias Loureiro despediu-se, ontem à tarde, visivelmente satisfeito dos seus convidados da África lusófona que em Lisboa participaram num seminário sobre assuntos eleitorais. A principal conclusão dos dois dias de trabalhos estabelece a criação de um fórum dos cinco, dedicado a esta matéria e que se reunirá em plenário uma vez por ano. Os ministros de quatro países africanos (a Guiné-Bissau foi representada pelo presidente do Supremo Tribunal de Justiça) qualificaram o encontro como um sucesso.

Todos agradeceram a Dias Loureiro esta oportunidade de troca de experiências, além da "incomparável hospitalidade portuguesa". Razão para se poder falar no Ministério da

Administração Interna deste "sucesso africano" de Dias Loureiro.

Os dois ministros mais em foco foram forçosamente Anibal Lopes Rocha, titular angolano da Administração do Território, e Ussum Ali D'Auto, ministro da Justiça de Moçambique. Foi para estes seus pares que Loureiro dirigiu a parte mais apelativa do improviso com que encerrou os trabalhos do seminário. Ao ministro angolano desejou que a "a paz se instalasse tão depressa quanto possível". O ministro angolano tinha antes saudado os esforços portugueses no contributo para a paz no seu país, afirmando esperar ele próprio "que o processo eleitoral começado em 1992 seja concluído a breve prazo".

Depois foi a vez do ministro da Justiça de Moçambique dizer que o seu Governo, "apesar de todas as vicissitudes, está a fazer um esforço sério para que o país realize as eleições em 27 e 28 de Outubro". Foi de Ussum Ali a proposta aprovada por todos os participantes no sentido de se institucionalizar e sistematizar este tipo de trabalho entre todos os países participantes, iniciativa que Dias Loureiro apoiou. O ministro português comprometeu-se a prestar todo o apoio que esteja ao alcance de Portugal manifestando-se concordante com as preocupações manifestadas pelos seus convidados, principalmente os representantes de Angola e de Moçambique.

Estes dois ministros quiseram sublinhar que "é indispensável o conhecimento das realidades específicas de cada país para se poder chegar ao objectivo que é a democracia". O representante moçambicano

tocou o ponto sensível: "Não é possível almejar a realização de eleições com forças políticas em armas no terreno". Dias Loureiro pegou na deixa e declarou que Portugal compreende as particularidades de cada país e tenta fazer com a que a comunidade internacional também entenda assim, "proporcionando a ajuda necessária à concretização dos objectivos democráticos".

Alargar a cooperação

Na carta de intenções saída destes dois dias de trabalhos, sob acompanhamento da direcção dos STAPE (Serviços Técnicos de Apoio ao Processo Eleitoral) as delegações dos cinco decidiram criar um fórum permanente que realizará reuniões anuais com os ministros responsáveis pela administração eleitoral.

A par desta iniciativa de cúpula serão criados mecanismos que permitam troca de informações e de experiências entre os organismos eleitorais de cada país. A terceira medida visa criar em cada país os centros de estudo que facilitem "a formação da participação cívica e apelo aos valores da cidadania".

Da responsabilidade de Portugal será o reforço das acções de cooperação neste domínio, considerando-se nesse quadro a publicação, por parte do STAPE/MAL, da legislação e preceitos eleitorais de cada um dos países, incluindo-se no protocolo a publicação de todas as actualizações. Nessa perspectiva Portugal deverá cooperar na organização dos processos de eleições autárquicas e competente apoio logístico.

O ministro Dias Loureiro garantiu aos seus convidados que Portugal prestará todo o apoio ao seu alcance. Indo ao encontro das reflexões dos ministros participantes, quanto às particularidades de cada país, Loureiro disse que não é propósito do Governo português apresentar-se com a ideia de "ensinar". "Nós também aprendemos", disse, citando o exemplo de Cabo Verde, que acaba de inscrever no seu quadro legislativo eleitoral o direito de voto dos seus emigrantes nas eleições para a Presidência da República. "Nós, portugueses, só agora estamos a examinar esse aspecto".

Dias Loureiro fechou a sessão oficial dirigindo-se directamente ao ministro angolano: "Voto muito particularmente pela paz em Angola". Falou da reunião que deverá realizar-se no próximo ano, em Portugal ou em qualquer país dos cinco, desejando que seja um encontro em que esteja firme "a ideia da liberdade, da democracia e da cidadania".

Quanto a Moçambique, o país que vê cada vez mais curto o tempo que falta para as eleições, o ministro da Justiça disse ao PÚBLICO que 15 de Agosto é a data limite para dois actos importantes. Primeiro, a finalização do acantonamento e desmobilização de forças; segundo, a conclusão do processo de recenseamento. Ussum Ali D'Auto considera a primeira questão a mais delicada e perigosa. Diz que os mecanismos de desmobilização "não têm sido tão céleres quanto é preciso que sejam e é preciso ter disponível o número suficiente para pagar aos desmobilizados para que possam fazer a sua vida".

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. f13Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10, Conj. 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. - Assinatura anual (em dólar comercial): Instituições internacionais: US\$ 250.00; nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00. WE ASK FOR EXCHANGE.

IMPRESSO